

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

**CADERNO DE PROVA ESCRITA (OBJETIVA)  
25 DE JUNHO DE 2017**

**CARGO: ASSISTENTE DE CONTABILIDADE – NÍVEL MÉDIO**

**INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA**

- 1 – Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha – **PORTUGUÊS** (questões de 01 a 05), **MATEMÁTICA** (questões de 06 a 10), **CONHECIMENTOS GERAIS** (questões de 11 a 15) e **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS** (questões de 16 a 30) e são compreendidas de 05 (cinco) alternativas identificadas pelas letras: A, B, C, D, E, das quais existe apenas uma alternativa correta. Se o candidato assinalar mais de uma alternativa ou deixar a questão em branco na folha de respostas, ele perderá pontos da mesma.
- 2 – Para a resposta da Prova Escrita (Objetiva), o candidato receberá juntamente com o caderno de prova uma folha de respostas, identificada e numerada cuja correção será feita por leitura eletrônica.
- 3 – Ao receber a folha de resposta, conferir seu nome e o número de inscrição, o candidato deverá preencher totalmente o espaço do gabarito relativo à resposta somente com caneta esferográfica com tinta preta de ponta média, fornecida na sala.
- 4 – Não será admitido recurso sobre preenchimento incompleto, equivocado, em duplicidade ou incorreto da folha de respostas, nem por motivo de a resposta apresentar rasura ou emenda.
- 5 – Uma vez autorizado pelo fiscal de sala, o(a) candidato(a) deverá verificar se o caderno de prova está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas ou dificultam a leitura. Caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicitar a sua substituição pelo fiscal.
- 6 – A prova terá a duração máxima de 04 (quatro) horas após a autorização concedida pelo fiscal de prova, incluindo o tempo para responder às questões do caderno de provas e preencher a folha de respostas.
- 7 – O candidato não poderá sair da sala de prova antes das 15 horas (tempo mínimo de permanência em sala), a não ser para uso de sanitário ou cuidado de saúde.
- 8 – O caderno de provas somente poderá ser levado depois de transcorrido o tempo mínimo de permanência em sala.
- 9 – Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Compete única e exclusivamente ao candidato interpretar e respondê-la.
- 10 – O gabarito oficial será divulgado no site de concursos da UNIOESTE até às 17 horas do dia 26 de junho de 2017.
- 11 – Instituição responsável pela realização do Concurso Público: UNIOESTE.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

**LÍNGUA PORTUGUESA ENSINO MÉDIO**

**Repórter Policial**

O repórter policial, tal como o locutor esportivo, é um camarada que fala uma língua especial, imposta pela contingência: quanto mais cororoca, melhor. Assim como o locutor esportivo jamais chamou nada pelo nome comum, assim também o repórter policial é um entortado literário. Nessa classe, os que se prezam nunca chamariam um hospital de hospital. De jeito nenhum. É nosocômio. Nunca, em tempo algum, qualquer vítima de atropelamento, tentativa de morte, conflito, briga ou simples indisposição intestinal foi parar num hospital. Só vai para o nosocômio.

E assim sucessivamente. Qualquer cidadão que vai à Polícia prestar declarações que possam ajudá-la numa diligência (apelido que eles puseram no ato de investigar), é logo apelidada de testemunha-chave. Suspeito é Mister X, advogado é causídico, soldado é militar, marinheiro é naval, copeira é doméstica e, conforme esteja deitada, a vítima de um crime – de costas ou de barriga pra baixo – fica numa destas duas incômodas posições: decúbito dorsal ou decúbito ventral.

Num crime descrito pela imprensa sangrenta, a vítima nunca se vestiu. A vítima trajava. Todo mundo se veste... mas, basta virar vítima de crime, que a rapaziada sadia ignora o verbo comum e mete lá: “A vítima traja terno azul e gravata do mesmo tom”. Eis, portanto, que é preciso estar acostumado ao “métier” para morar no noticiário policial. Como os locutores esportivos, a Delegacia do Imposto de Renda, os guardas de trânsito, as mulheres dos outros, os repórteres policiais nasceram para complicar a vida da gente. Se um porco morde a perna de um caixeiro de uma dessas casas da banha, por exemplo, é batata... a manchete no dia seguinte tá lá: “Suíno atacou comerciário”.

(Stanislaw Ponte Preta)

01. Segundo o texto, os repórteres policiais nasceram para complicar a vida da gente, assim como

A.	o militar.
B.	o advogado.
C.	a rapaziada sadia.
D.	as mulheres dos outros.
E.	a vítima de atropelamento.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

02. Segundo o texto, o repórter policial sempre dá um jeito de “falar em uma língua especial”. Marque a alternativa cuja primeira opção NÃO seria a usada pelo repórter.

A.	Usa soldado <i>para</i> militar.
B.	Usa Mister X <i>para</i> suspeito.
C.	Usa diligência <i>para</i> investigar.
D.	Usa causídico <i>para</i> advogado.
E.	Usa testemunha-chave <i>para</i> cidadão.

03. Segundo o texto, “falar uma língua especial” NÃO é retomado apenas em

A.	entortado literário.
B.	nada pelo nome comum.
C.	quanto mais cororoca, melhor.
D.	para complicar a vida da gente.
E.	um crime descrito pela imprensa sangrenta.

04. As manchetes de reportagem policial, segundo o texto, costumam ser

A.	sérias.
B.	simples.
C.	apelativas.
D.	cuidadasas.
E.	mentirosas.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

05. Sobre “é preciso estar acostumado ao “métier””, pode-se afirmar que

- |    |  |
|----|--|
| A. | para compreender as notícias é preciso apenas saber ler.                               |
| B. | para compreender as notícias é necessário ser iniciado na linguagem jornalística.      |
| C. | para compreender as notícias basta estar atento aos sentidos literais das palavras.    |
| D. | para compreender as notícias se faz necessário estar atento aos sentidos empregados.   |
| E. | para compreender as notícias é necessário conhecer com muita profundidade as palavras. |

**MATEMÁTICA**

06. A estimativa para a safra nacional, em 2017, de cereais, leguminosas e oleaginosas é de 230 milhões de toneladas. Sabe-se que a safra de 2016 foi de 184 milhões de toneladas. Se a previsão se concretizar, então, é CORRETO afirmar que, em relação a 2016, o aumento da produção será de

- |    |       |
|----|-------|
| A. | 25 %. |
| B. | 26 %. |
| C. | 27 %. |
| D. | 28 %. |
| E. | 29 %. |

07. Um produto é vendido por R\$ 138,00 à vista ou para pagamento em 60 dias com juros simples de 6% ao mês. Assim, é CORRETO afirmar que quem optar pelo pagamento em 60 dias pagará

- |    |             |
|----|-------------|
| A. | R\$ 146,28. |
| B. | R\$ 150,00. |
| C. | R\$ 154,56. |
| D. | R\$ 155,36. |
| E. | R\$ 198,00. |

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

08. O quadro abaixo apresenta as despesas de uma empresa no mês de março. Com base nas informações do quadro, é CORRETO afirmar que as despesas totalizaram

Item	Valor (em R\$)
Despesas gerais	15.300,88
Pessoal	30.003,45
Aluguel	12.700,00

A. R\$ 56.003,33.

B. R\$ 57.003,43.

C. R\$ 57.005,88.

D. R\$ 58.004,33.

E. R\$ 59.006,33.

09. A equação representa o valor que uma transportadora cobra de seus clientes para entregar um produto. A variável, medida em quilômetros, representa a distância que deverá ser percorrida para efetuar a entrega. Assim, para entregar um produto a 100 quilômetros de distância, a transportadora cobra

A. R\$ 30,00.

B. R\$ 32,00.

C. R\$ 130,00.

D. R\$ 132,00.

E. R\$ 230,00.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

10. Determinada empresa, que funciona 8 horas por dia, possui a fórmula para saber qual é a quantidade de unidades do produto que está em estoque em cada dia. A variável representa quantas horas foram trabalhadas (corresponde ao horário de abertura da empresa; corresponde ao fato de a empresa estar funcionando há uma hora, e assim sucessivamente) e representa a quantidade de unidades em estoque após horas. Assim, é CORRETO afirmar que a quantidade máxima, de unidades do produto, em estoque é de

A.	10.000.
B.	110.000.
C.	120.000.
D.	320.000.
E.	360.000.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

11. Guarapuava é um dos municípios mais frios do estado do Paraná, com ocasionais registros de neve. O bioma predominante é a floresta subtropical, com vastas áreas de mata de araucárias. É o maior produtor brasileiro de cevada e possui uma das maiores fábricas de malte da América Latina. Os habitantes se chamam Guarapuavanos. Do povoado de Nossa Senhora do Belém foi elevado à categoria de vila e, posteriormente, comarca e município. Atualmente, o município de Guarapuava tem como prefeito (2017/2020) o senhor

A.	César Franco.
B.	Luiz Fernando Ribas Carli.
C.	Nivaldo Passos Krüger.
D.	César Filho Silvestri.
E.	Vítor Hugo Ribeiro Burko.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

12. Com base na Lei Federal nº 10.741/2003 (art.19), os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde, públicos e privados, à autoridade sanitária bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos, EXCETO

A.	ao Ministério Público.
B.	ao Prefeito Municipal.
C.	à Autoridade Policial.
D.	ao Conselho Municipal do Idoso.
E.	ao Conselho Estadual ou Nacional do Idoso.

13. O Legislativo é um dos três poderes do Estado ao qual é atribuída a função legislativa, ou seja, a elaboração das leis que regulamentam o Estado, a conduta dos cidadãos e das organizações públicas e privadas. O poder legislativo pode atuar em três esferas: no Governo Federal, no Governo Estadual ou Distrital e na Prefeitura. A principal função do Poder Legislativo Municipal é legislar, isto é, fazer as leis do município. Assim, o poder legislativo municipal no Brasil tem como principal representante o

A.	Vereador.
B.	Prefeito.
C.	Governador.
D.	Presidente da República.
E.	Ministro do Supremo Tribunal.

14. Em 04 de março de 2017, Tancredo de Almeida Neves, se estivesse vivo, completaria 107 anos de idade. Como político, ele exerceu cargos de Deputado estadual e federal, Senador da República, Primeiro-Ministro e Governador do Estado de Minas Gerais, até ser eleito Presidente da República por um colégio eleitoral, em 1985. Assim, a eleição de Tancredo Neves para Presidente da República marcava, no Brasil, o fim de um regime político

A.	Civil.
B.	Militar.
C.	Religioso.
D.	Monárquico.
E.	Anárquico.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

15. A expressão “**desenvolvimento sustentável**” é amplamente empregada para designar a preservação da natureza, com vistas à promoção de maior conscientização ambiental na sociedade. “Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente”. Assinale a alternativa abaixo que aponta a maneira CORRETA de se promover o desenvolvimento sustentável.

A.	Permitir o desmatamento indiscriminado das florestas para a extração de madeira.
B.	Praticar a agricultura orgânica com maior frequência, sem o uso de agrotóxicos.
C.	Proibir o uso de recursos naturais renováveis, tais como os ventos e a energia solar.
D.	Incentivar a queima de matas nativas e combustíveis fósseis.
E.	Ampliar da área de cultivo agrícola em larga escala, pensando no homem e não na natureza.

**CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

16. Com relação às contas: materiais indiretos, comissões pagas e despesa de equivalência patrimonial são, respectivamente, despesas

A.	financeiras, comerciais e administrativas.
B.	comerciais, com vendas e outras despesas operacionais.
C.	financeiras, administrativas e outras despesas operacionais.
D.	financeiras, comerciais e outras despesas operacionais.
E.	administrativas, financeiras e comerciais



**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

17. Com relação ao plano de contas público, podemos afirmar que:

I- o sistema contábil é a estrutura de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.

II- representa um conjunto de contas previamente definidas, organizadas e codificadas, uniformiza o registro contábil dos atos e fatos que afetam o patrimônio público.

III- o plano de contas público tem como objetivos:

– padronizar os registros contábeis dos órgãos da administração direta e indireta, de acordo com o método de partidas dobradas;

– mensurar os custos públicos;

– evidenciar o patrimônio e suas variações e propiciar o conhecimento adequado da situação econômica, patrimonial, orçamentária e financeira de todas as unidades.

A.	somente a alternativa I está correta.
B.	somente as alternativas I e II estão corretas.
C.	as alternativas I, II e III estão corretas.
D.	somente as alternativas I e III estão corretas.
E.	somente as alternativas II e III estão corretas.

18. Tomando como referência o relatório contábil, DRE (Demonstrativo de Resultado do Exercício), assinale a alternativa CORRETA na qual o item receita líquida pode ser obtido.

A.	Lucro operacional bruto - deduções das vendas.
B.	Lucro operacional bruto - despesas operacionais.
C.	Receita bruta - deduções das vendas.
D.	Receita bruta - despesas operacionais.
E.	Receita bruta - custos das mercadorias vendidas (CMV).

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

19. Com relação à legislação aplicável à contabilidade pública, podemos afirmar que se aplicam à

I- contabilização dos atos e fatos administrativos bem como a elaboração dos balanços e demonstrativos contábeis, orçamentários e financeiros obedecem às normas gerais estatuídas pela Lei nº 4.320/1964. Por esse motivo, esta Lei é a norma mais importante em matéria de Contabilidade Pública onde estão estabelecidos diversos procedimentos contábeis que devem ser seguidos por todos os entes públicos.

II- Outra norma importante, Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

III- Secretaria do Tesouro Nacional que também editou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com os seguintes instrumentos:

Procedimentos contábeis patrimoniais e o plano de contas aplicado tão somente ao setor público.

De acordo com as informações acima, assinale a alternativa CORRETA.

A	Somente as alternativas I e II estão corretas.
B	Somente as alternativas I e III estão corretas.
C	As alternativas I, II e III estão corretas.
D	Somente as alternativas II e III estão corretas.
E	Somente a III está correta.

20. No texto abaixo:

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) passou a ser um demonstrativo contábil obrigatório para as sociedades anônimas, no Brasil, a partir da edição da lei nº 11.638/07. A origem dessa lei foi o projeto de lei nº 3.741/00, que tinha a intenção de promover uma série de ajustes na lei nº 6.404/76, denominada lei das S/A. Além das modificações em aspectos societários, o referido projeto de lei caracterizou-se como um dos primeiros passos para iniciar o processo de convergências das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais do IASB (*International Accounting Standards Board*) e junto a esse processo vem a confecção dos CPC's, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O texto acima tem a intenção de demonstrar que

A.	está interessado em caracterizar a obrigatoriedade da DFC no que se refere às normas contábeis relacionadas com a apresentação e a elaboração das demonstrações contábeis. Isso não dispensa de citar linhas interpretativas e leis sobre o assunto, inclusive sobre a sua utilização na área pública.
B.	Historicamente, os passos para iniciar o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com os órgãos internacionais de contabilidade evidenciam um novo instrumento de informação contábil

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

	financeira até o momento em que aparece a intenção de substituir outro demonstrativo contábil, que deixa de ser obrigatório denominado DOAR (Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos).
C.	propõe a finalidade de descrever que, enquanto a DOAR evidencia os movimentos ocorridos no patrimônio contábil que acarretavam reflexo no capital não circulante, a DFC foca de forma específica apenas nos movimentos financeiros, que provocam efeitos no caixa e seus equivalentes.
D.	as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração nem devem constar das notas explicativas.
E.	para o melhor entendimento da utilidade desse demonstrativo contábil, deve-se buscar, assim, a definição estabelecida pela IPSAS, que é o instrumento que regulamenta a elaboração da DFC na área pública, e que ainda não há um consenso entre os profissionais sobre qual dos demonstrativos seria mais útil.

21. Na Lei nº 4.320/1964, de acordo com os artigos 90 a 100, são destacados sistemas de contas. Quais são os sistemas CORRETOS?	
A.	Sistema Orçamentário e Sistema Financeiro estão estabelecidos nos artigos 90 a 93, enquanto o Sistema Patrimonial encontra-se nos artigos 94 a 100.
B.	Nos artigos 90 a 95, estão estabelecidos os sistemas de planejamento integrado e nos artigos 96 a 100 encontra-se o sistema de lei de diretrizes orçamentárias.
C.	Nos artigos 90 a 94, encontram-se estabelecidos os sistemas de lei de orçamentos anuais e nos artigos 95 a 100 encontram-se os sistemas de compensação.
D.	Nos artigos 90 a 96, encontra-se estabelecido o sistema patrimonial, e nos artigos 97 a 100, encontram-se o sistema orçamentário e o processo de planejamento.
E.	Nos artigos 90 a 93, encontra-se estabelecido o sistema financeiro e nos artigos 94 a 100, encontram-se o sistema patrimonial e o sistema operacional.

22. Dívida pública, segundo alguns autores, são todos os compromissos assumidos pelo governo e os respectivos juros ou, ainda, compreende os juros e a amortização do capital devidos pelo Estado ou são compromissos decorrentes de operações de crédito, assumidos pelo Estado para atender às necessidades dos serviços públicos. Podemos dizer a esta altura que tais dívidas se classificam em:	
A.	Dívidas patrimoniais ativas e Dívidas patrimoniais passivas.
B.	Dívida fundada ou consolidada e Dívida flutuante ou administrativa.
C.	Dívidas operacionais e Dívidas não operacionais.
D.	Dívidas de fundos especiais e Dívidas orçamentárias.
E.	Dívida fundada ou consolidada e Dívida de fundos especiais de financiamentos.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

23. Com relação ao orçamento, embora seja anual, são requeridos métodos científicos de investigação e técnicas operativas adequadas que possibilitem, racionalmente, a utilização de uma ação concreta. Ele não pode ser concebido e executado isoladamente do período imediatamente anterior e do posterior, pois sofre influências condicionantes daquele que o precede, assim como constitui uma base informativa para os futuros exercícios. Diante disto, ele segue um ciclo orçamentário e uma sequência de etapas desenvolvidas. De acordo com as informações acima, assinale o ciclo orçamentário e a sequência CORRETOS.

A.	Exposição circunstanciada da situação econômica, apresentação de documentação e relatórios finais.
B.	Determinação da situação, elaboração, estudos e aprovação e plano plurianual.
C.	Execução, avaliação e exposição circunstanciada da situação econômica e financeira e o estabelecimento de prioridades.
D.	Elaboração, estudo e aprovação, execução e avaliação.
E.	Estimativas de receita e despesas, elaboração e avaliação e exposição.

24. A liquidação da despesa representa o terceiro estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Esta verificação tem por fim apurar

A.	o contrato, ajuste ou acordo respectivo e a nota de empenho que foi emitida. Os comprovantes da entrega do material ou da prestação de serviços.
B.	o valor correto da despesa, exigir um processo para cada credor, verificar se está correto o valor e anexá-la ao respectivo processo.
C.	a determinação, o diagnóstico e a apresentação da situação.
D.	a inscrição da despesa não paga e emitir empenho para o pagamento da despesa para sua extinção.
E.	a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar a importância a ser paga para que se extingam as obrigações.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

25. Acerca do conteúdo das Demonstrações Contábeis, com relação ao balanço patrimonial, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. No balanço patrimonial deverão ser incluídas as informações que registram e escrituram as alterações ocorridas no patrimônio e que estão consubstanciadas no subsistema de informações patrimoniais, identificadas nas classes ativo – passivo – patrimônio líquido.

II. Para elaboração do balanço patrimonial faltará, ainda, o resultado patrimonial do exercício, que é obtido através dos confrontos entre os totais das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas. Assim, iniciamos a execução do trabalho de encerramento e apropriação dos dados.

III. O balanço patrimonial depende, para a sua elaboração, da existência do balancete de verificação levantado em 31 de dezembro, quando fica evidenciada a situação das contas para o encerramento do exercício, oriundas de todo o trabalho de registro escritural, lançamentos contábeis.

Estão CORRETOS os itens:

A.	Somente os itens I e II.
B.	Somente os itens I e III.
C.	I, II e III.
D.	Somente os itens II e III.
E.	Somente o item III.

26. Com referência ao conteúdo depreciação: julgue as informações abaixo e a seguir assinale a opção CORRETA.

I - Depreciação é a perda de valor que sofrem os bens, em decorrência do uso, da ação do tempo, de acidentes ou outros fenômenos físicos ou químicos.

II- A depreciação de um ativo começa quando o item está em condições de operar na forma pretendida pela administração, e cessa quando o ativo é baixado ou transferido do imobilizado.

III- A depreciação é contabilizada, mensal ou anualmente, debitando-se ao custo do período a parcela a ele atribuída, mediante crédito à conta de provisão respectiva. Esta provisão figurará no balanço dedutivamente da conta ativa do bem depreciado.

A.	Somente os itens I e II.
B.	Somente os itens I e III.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

C.	I, II e III.
D.	Somente os itens II e III.
E.	Somente o item III.

27. Assinale a opção que apresenta apenas contas classificadas no ativo não circulante com base no plano de contas aplicado ao setor público.

A.	Dívida ativa tributária de curto prazo, Créditos por danos ao patrimônio e Créditos a receber por descentralização de serviços públicos.
B.	Créditos tributários a receber, Dívida ativa não tributária e Almoxarifado.
C.	Créditos tributários a receber a longo prazo, Dívida ativa tributária a longo prazo, Dívida ativa não tributária a longo prazo.
D.	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, Matérias-primas, Tributos a recuperar /compensar.
E.	Demais créditos e valores a longo prazo, Créditos a danos ao patrimônio e Materiais em trânsito.

28. De acordo com a lei n.º 4.320/64, julgue os itens de receita e despesa e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. o artigo 35 da lei 4.320 diz: pertencem aos exercícios financeiros: a) receitas nele arrecadadas; b) as despesas nele legalmente empenhadas;

II- esta lei descreve que “tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e nas leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades”.

III. esta lei diz que a despesa e a receita orçamentárias devem observar a discriminação por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão do governo.

IV. os restos a pagar do exercício serão computados na receita corrente e despesa corrente.

Está(ão) CORRETO(S) o(s) item(ns):

A.	Os itens I, II e IV.
B.	Somente o item IV.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

C.	Os itens II, III e IV.
D.	Somente os itens III e IV.
E.	Os itens I, II e III.

29. Na empresa Guairaca S/A, os sócios decidiram, em 10.7.2015, aumentar o capital social, que era de R\$ 350.000,00, para R\$ 580.000,00. Para isso, em 18.8.2015, integralizaram R\$230.000,00: R\$100.000,00 em dinheiro e R\$130.000,00, com a entrega de um veículo para uso da empresa. Com base nos dados apresentados, o registro contábil da integralização do aumento de capital social é:

A.	DÉBITO Caixa R\$ 100.000,00.  DÉBITO Veículo R\$ 130.000,00  CRÉDITO Capital a Integralizar R\$ 230.000,00
B.	DÉBITO Capital a Integralizar R\$ 230.000,00.  CRÉDITO Caixa R\$ 100.000,00.  CRÉDITO Veículo R\$ 130.000,00.
C.	DÉBITO Veículo R\$130.000,00.  DÉBITO Caixa R\$100.000,00.  CRÉDITO Capital a Integralizar R\$130.000,00.  CRÉDITO Capital Social R\$100.000,00.
D.	DÉBITO Capital a Integralizar R\$ 350.000,00.  DÉBITO Caixa R\$ 100.000,00.  DÉBITO Veículo R\$ 130.000,00.  CRÉDITO Capital Social R\$ 580.000,00.
E.	DÉBITO caixa R\$ 580.000,00.  CRÉDITO Capital a integralizar R\$ 580.000,00.

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2017**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**

30. Sobre a contabilidade aplicada ao setor público, assinale a alternativa INCORRETA.

A.	As atividades desenvolvidas pela contabilidade aplicada ao setor público podem ser exercidas pelo Estado, por ele mesmo, ou por outros sujeitos, hipótese na qual o Estado transfere a titularidade da atividade para a administração indireta ou pessoas particulares.
B.	A contabilidade pública, também conhecida como contabilidade governamental, foi instituída em 1964 pela lei 4.320, seu marco regulatório, a qual estatui as normas gerais para elaboração dos orçamentos da União, estados, municípios e Distrito Federal, sendo definida pela resolução CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008, como o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerado de informações, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
C.	A resolução CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008, diz respeito à criação e publicação das normas aplicadas ao setor público – NBC T 16 – pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) visando promover desenvolvimento e fortalecer a contabilidade pública.
D.	A contabilidade pública procura satisfazer a necessidade dos gestores, como ferramenta de orientação para a gestão do patrimônio do ente público, e a cumprir a importante tarefa de servir como instrumento de transparência e acompanhamento da gestão.
E.	Segundo a resolução nº 774, de 16 de dezembro de 1994, do Conselho Federal de Contabilidade, “na contabilidade, o objeto é sempre o patrimônio de uma entidade”. Contudo, o interesse da contabilidade pública também enfoca o orçamento e sua execução, já que está diretamente ligada à administração pública.